



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESC
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM: 2ª EMISSÃO DA
CPFL ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, **CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ramos Batista, nº 444, 13º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 02.429.144/0001-93, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “**EMISSIONORA**”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da 2ª Emissão (os “**Debenturistas**” ou, individualmente, o “**Debenturista**”), **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista nº 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “**AGENTE FIDUCIÁRIO**”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da CPFL Energia S.A. (a “**Escritura de Emissão**”, a “**2ª Emissão**”), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

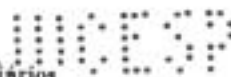
A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSIONORA realizadas em 25 e 27 de fevereiro de 2003 (as “**AGEs**”), complementadas pela deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de abril de 2003 (a “**RCA**”).

Os acionistas da EMISSIONORA delegaram ao Conselho de Administração poderes para (i) deliberar, de forma ampla, sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, inclusive modificando tais condições do modo que julgar mais conveniente, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures da 2ª Emissão e (ii) efetuar o cancelamento das debêntures da 2ª Emissão que não sejam colocadas junto a investidores.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:





2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A 2ª Emissão de debêntures da EMISSORA será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma das Leis nº 3.385/76 e nº 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGEs e da RCA

As atas das AGEs que deliberaram sobre a 2ª Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP (a "JUCESP") em 27 de março de 2003 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico em 07 de março de 2003. A ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

2.4. Registro das Garantias

2.4.1. O Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Penhor"), pelo qual será formalizada a garantia mencionada no item 4.7.1. (a) da Cláusula Quarta abaixo será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sendo o penhor das ações devidamente averbado nos livros das sociedades emissoras das ações objeto do penhor, nos termos do disposto no Artigo 39 da Lei nº 6.404/76.

2.4.2. O Contrato de Fiança a que se refere o item 4.7.1. (b) da Cláusula Quarta, será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objetivo a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e atividades correlatas, a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas e a participação no capital de outras sociedades que tenham atividades semelhantes às



2



exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos.

3.2. Número de Séries

A 2ª Emissão será realizada em duas séries.

3.3. Limite da Emissão

A 2ª Emissão atende ao limite estabelecido no caput do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, conforme descrito a seguir:

- a) o valor das debêntures da 1ª série da 2ª Emissão não ultrapassa o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens objeto da garantia real descrita no item 4.7.1. desta Cláusula Quarta; e
- b) o valor das debêntures da 2ª série da 2ª Emissão, somado ao valor das debêntures da 1ª emissão, não ultrapassa o valor do capital social da EMISSORA que, em 31 de dezembro de 2002 totalizava R\$ 3.390.998.447,00 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais).

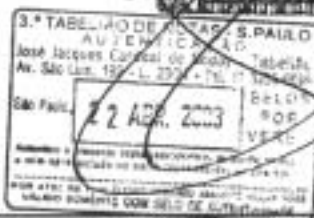
3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados com a colocação das debêntures da 2ª Emissão serão destinados para pagamento dos valores da 1ª Emissão de Debêntures da EMISSORA e de parcela da 3ª Emissão de Notas Promissórias realizada pela EMISSORA.

Uma vez obtido o valor necessário ao pagamento das referidas dívidas, eventual saldo não colocado das Debêntures será cancelado pela EMISSORA.

3.5. Colocação e Procedimento

3.5.1. As debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do (i) SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), e (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX (o “BOVESPA FIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo –



BOVESPA, custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, contratadas pelo coordenador líder da distribuição, que desejarem efetuar investimento nas Debêntures. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM e da publicação do anúncio de início de distribuição.

3.6. Negociação

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) do BOVESPA FIX.

3.7. Certificados das Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados representativos das debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das debêntures, definida no item 4.6 da Cláusula Quarta abaixo. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o “Relatório de Posição de Ativos” expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema. Para as debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01.04.2003 (a “Data de Emissão”).

4.2. Valor Total da Emissão



O valor total da 2ª Emissão será de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.3. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures, sendo 90.000 (noventa mil) debêntures na 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 90.000 (noventa mil) debêntures na 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série"), sendo as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, em conjunto, designadas como "Debêntures".

4.4. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, para ambas as séries (o "Valor Nominal Unitário").

4.5. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 01.04.2008 (a "Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração devida na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

4.6. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão do tipo escritural e não conversíveis em ações da EMISSORA, sendo o Banco Bradesco S.A. responsável pelos serviços de escrituração das Debêntures.

4.7. Espécie

4.7.1. Espécie das Debêntures da 1ª Série

a) As Debêntures da 1ª Série serão da espécie com garantia real, representada pelo penhor de ações de emissão da Companhia Paulista de Força e Luz (a "CPFL Paulista") e/ou da CPFL Geração S.A. (a "CPFL Geração") de titularidade da EMISSORA, em valor equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor do saldo devedor das Debêntures da 1ª Série, formalizada nos termos de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, celebrado pela EMISSORA que, assinado pelas partes, constitui parte



integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão como Anexo I. Para fins de constituição e eventual reforço do penhor ora referido, as ações de emissão da CPFL Paulista e da CPFL Geração serão consideradas por seu valor patrimonial.

b) Como garantia adicional do fiel e pontual pagamento das Debêntures da 1ª Série, os acionistas da EMISSORA VBC Energia S.A. (a "VBC"), 521 Participações S.A. (a "521") e Bonaire Participações S.A. (a "Bonaire", sendo VBC, 521 e Bonaire, em conjunto, referidas como Garantidoras") prestam fiança, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor nominal das Debêntures da 1ª Série, acrescido da remuneração e dos encargos moratórios, calculados nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos do Contrato de Fiança que, assinado pelas partes, constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão como Anexo II.

c) A fiança será dada pelas Garantidoras na seguinte proporção, sem solidariedade entre as mesmas:

Garantidora	Limite de Responsabilidade sobre o saldo devedor das Debêntures da 1ª Série
VBC	45,32%
521	38,00%
Bonaire	16,68%

d) A fiança será prestada pelas Garantidoras em caráter irrevogável e irretratável, e permanecerá em vigor até o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas a título de principal, juros ou encargos das Debêntures da 1ª Série.

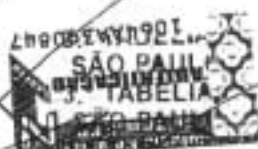
4.7.2. Espécie das Debêntures da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série serão da espécie subordinada.

4.8. Remuneração

4.8.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

a) As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, "over extra grupo" expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição



6
J
26

nacional, doravante denominada "Taxa DI", base 252 dias, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias (a "Sobretaxa aplicável às Debêntures da 1ª Série" e a "Remuneração das Debêntures da 1ª Série").

b) A Taxa DI, acrescida da Sobretaxa aplicável às Debêntures da 1ª Série, incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, devendo ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definidas abaixo).

c) Para fins de remuneração das Debêntures da 1ª Série, entende-se por "Período de Capitalização", no caso do primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série, qual seja 01 de abril de 2004, exclusive, e, no caso do segundo Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série, qual seja 01 de abril de 2004, inclusive, e termina na Data de Repactuação, qual seja 01 de outubro de 2004, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

d) "Período de Vigência da Remuneração da 1ª Série" significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª Série permanecerão vigentes ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série terá início na Data de Emissão, encerrando-se em 01 de outubro de 2004.

e) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = (VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1])$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;



JUCESP
17 04 03

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} \right]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI Over;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DT}{DP}}$$

onde:

spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

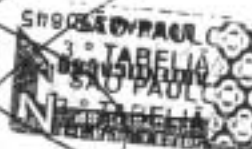
N = 252 dias úteis;

n = número de dias úteis compreendido entre o evento imediatamente anterior e o subsequente;

DT = número de dias úteis compreendido entre o evento imediatamente anterior e o subsequente;

DP = número de dias úteis entre o evento imediatamente anterior e a data em curso.

Observação: Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante



"Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

f) Caso a CETIP venha a divulgar a Taxa DI com mais de duas casas decimais, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

g) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

h) No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos (o "Período de Ausência da Taxa DI") após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures da 1ª Série, por previsão legal ou determinação judicial, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/2003 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série a ser proposto pela EMISSORA. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

i) Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures da 1ª Série entre a EMISSORA e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação, a EMISSORA optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A EMISSORA deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem adquiridas, para



9

cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

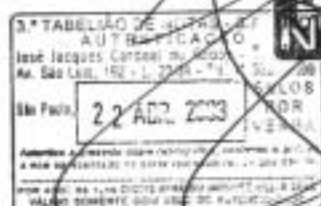
(ii) A EMISSORA deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela EMISSORA (i) todos os Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (ii) a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.3 desta Cláusula Quarta, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à EMISSORA na referida Assembleia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

4.8.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

a) As Debêntures da 2ª Série serão remuneradas com base na Taxa DI, base 252 dias, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias, (a "Sobretaxa aplicável às Debêntures da 2ª Série" e a "Remuneração das Debêntures da 2ª Série").

b) A Taxa DI, acrescida da Sobretaxa aplicável às Debêntures da 2ª Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, devendo ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definidas abaixo).

c) Para fins de remuneração das Debêntures da 2ª Série, entende-se por "Período de Capitalização", no caso do primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, qual seja 01 de abril de 2004, exclusive, e, no caso do segundo Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, qual seja 01 de abril de 2004, inclusive, e termina na Data de Repactuação, qual seja 01 de outubro de 2004, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



10

Juros

d) "Período de Vigência da Remuneração da 2ª Série" significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 2ª Série permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série terá início na Data de Emissão, encerrando-se em 01 de outubro de 2004.

e) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{ov}} \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} \right]$$

onde:

n_{ov} = número total de taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) util(is) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI Over;



11

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{N}} \right]$$

onde:

spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = 252 dias úteis;

n = número de dias úteis compreendido entre o evento imediatamente anterior e o subsequente;

DT = número de dias úteis compreendido entre o evento imediatamente anterior e o subsequente;

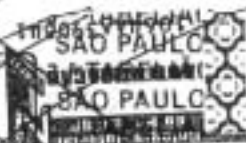
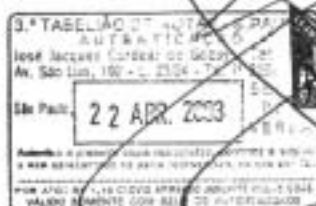
DP = número de dias úteis entre o evento imediatamente anterior e a data em curso.

Observação: Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

f) Caso a CETIP venha a divulgar a Taxa DI com mais de duas casas decimais, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

g) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

h) No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos (o "Período de Ausência da Taxa DI") após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures da 2ª Série, por previsão legal ou determinação judicial, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá realizar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a



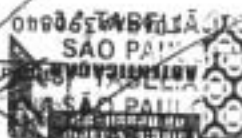
12

EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 132/2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela EMISSORA. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do término do Período de Ausência da Taxa DI.

i) Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures da 2ª Série entre a EMISSORA e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação, a EMISSORA optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A EMISSORA deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

(ii) A EMISSORA deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures da 2ª Série, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela EMISSORA (i) todos os Debenturistas titulares de Debêntures da 2ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (ii) a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.3 desta Cláusula Quarta, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à EMISSORA na referida Assembleia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.



13

JUL 03

4.8.3. Datas de Pagamento da Remuneração

Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures de ambas as séries será realizado ao final do primeiro Período de Capitalização, em 01 de abril de 2004 e o segundo pagamento da Remuneração das Debêntures de ambas as séries será realizado ao final do segundo Período de Capitalização, em 01 de outubro de 2004 (cada data de pagamento da remuneração referida como a "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9. Amortização

Ressalvadas as hipóteses previstas nos itens 4.8.1. i) (ii.) e 4.8.2. i) (ii.) desta Cláusula Quarta, não haverá amortização parcial das Debêntures, sendo o seu Valor Nominal Unitário devido integralmente na Data de Vencimento.

4.10. Repactuação

4.10.1. A primeira repactuação das Debêntures de ambas as séries ocorrerá em 01 de outubro de 2004 (a "Data de Repactuação").

4.10.2. O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar e comunicar aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da Data de Repactuação, as condições aplicáveis ao Período de Vigência da Remuneração subsequente (o "Novo Período de Vigência da Remuneração"), incluindo:

- prazo do Novo Período de Vigência da Remuneração;
- a remuneração a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração com relação às Debêntures de cada umas séries da 2ª Emissão;
- a periodicidade de pagamento da remuneração durante o Novo Período de Vigência da Remuneração; e
- os Índices e Limites, conforme abaixo definidos, a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração.

4.10.3. As condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA de acordo com o disposto no item 4.10.2. acima serão comunicadas aos Debenturistas na



14

forma do item 4.17 desta Cláusula Quarta até o 15º (décimo quinto) dia útil anterior à Data de Repactuação. Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA para o Novo Período de Vigência da Remuneração, ou caso tais condições não sejam publicadas pela EMISSORA, os Debenturistas poderão, entre o 14º (décimo quarto) e o 5º (quinto) dia útil anterior à Data de Repactuação, manifestar sua opção de exercer o direito de venda das Debêntures, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não publicação das condições aplicáveis às Debêntures durante o Novo Período de Vigência da Remuneração. A manifestação dos Debenturistas será realizada por meio da CETIP e/ou do BOVESPA FIX, conforme o caso, ou, tratando-se de Debenturistas não vinculados ao sistema CETIP e/ou BOVESPA, por correspondência dirigida à EMISSORA, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sendo certo que somente serão consideradas as manifestações recebidas pela CETIP, pelo BOVESPA FIX ou pela EMISSORA, conforme o caso, até o 5º (quinto) dia útil anterior à Data de Repactuação.

4.10.4. A EMISSORA obriga-se a adquirir as Debêntures dos Debenturistas que se manifestaram de acordo com o disposto no item 4.10.3. desta Cláusula Quarta, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Vigência da Remuneração. A aquisição a que se refere este item 4.10.4. não será acrescida de prêmio de qualquer natureza.

4.11. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.11.1. A subscrição das Debêntures será efetuada com observância dos procedimentos (i) do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP e (ii) do BOVESPA FIX. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.11.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.12. Aquisição Facultativa

4.12.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do Artigo 55, da Lei nº 6.404/76.



15

PS

JUL 13
17 18 19

4.12.2. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas em mercado.

4.13. Juros Moratórios e Multa

Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.14 desta Cláusula Quarta, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) a Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou a Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso; (ii) multa convencional de 2% (dois por cento) e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO, observado o disposto no item 4.14.2 abaixo, poderá declarar antecipadamente vencidas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento de Remuneração de cada série, até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- não pagamento pela EMISSORA do principal ou da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de pagamento e/ou vencimento;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, a CPFL Paulista, a CPFL Geração e qualquer das Garantidoras, cujo valor total inadimplido, para cada uma das sociedades, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA ou pela CPFL Paulista ou pela CPFL Geração ou por qualquer das Garantidoras;



16

d) liquidação, dissolução, extinção ou pedido de auto-falência ou de falência da EMISSORA ou da CPFL Paulista ou da CPFL Geração ou de qualquer das Garantidoras;

e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

f) vencimento antecipado ou inadimplência no pagamento de qualquer dívida da EMISSORA que seja decorrente de empréstimos bancários e/ou de títulos de dívida de emissão ou com garantia da EMISSORA, de suas controladas, diretas ou indiretas, ou de qualquer das Garantidoras, colocados no mercado de capitais brasileiro ou internacional, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

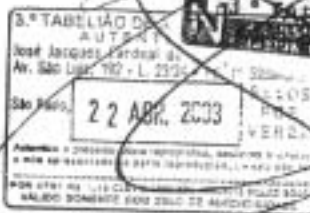
g) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de geração e/ou de distribuição de energia elétrica, de que seja titular a CPFL Paulista e/ou a CPFL Geração, desde que a perda ou cassação da concessão para a exploração dos serviços implique redução igual ou superior a 25% da receita líquida da sociedade cuja concessão foi perdida ou cassada, calculada com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas da EMISSORA;

h) o percentual das ações ordinárias de emissão da EMISSORA detido pelas Garantidoras, em conjunto, direta ou indiretamente, venha a ser inferior a 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações do capital votante da EMISSORA, ou se qualquer das Garantidoras deixar de participar do controle da EMISSORA;

i) o percentual das ações ordinárias de emissão da CPFL Paulista e/ou da CPFL Geração detido pela EMISSORA, direta ou indiretamente, venha a ser inferior a 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações do capital votante da CPFL Paulista e/ou da CPFL Geração, ou se a EMISSORA deixar de deter o controle acionário da CPFL Paulista e/ou da CPFL Geração;

j) não cumprimento, na Data da Apuração, dos Índices e Limites descritos no item 5.10 da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, que não seja sanado em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e

(k) não reforço da garantia representada pelo penhor das ações de emissão da CPFL



17

Paulista e da CPFL Geração, nos termos do Contrato de Penhor.

1005

4.14.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos nos itens (b), (c), (f), (g), (h), (i), (j) e (k) do item 4.14.1 acima, a EMISSORA poderá convocar, dentro de (2 dois) dias úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na ausência de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas por parte da EMISSORA no prazo estabelecido, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO convocar a Assembleia no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da ocorrência do evento.

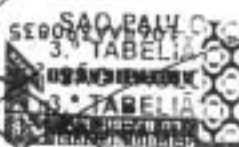
4.14.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das debêntures será tomada por série e dependerá da aprovação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada série em circulação.

4.14.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.14.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.14.3. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.14.1. acima.

4.14.5. Quando da ocorrência dos eventos previstos nos itens (a), (c) e (d) do item 4.14.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de consulta prévia aos Debenturistas.

4.14.6. Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração respectiva, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração de cada série, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO à EMISSORA através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.13. acima, que, na hipótese prevista do item (a) da Cláusula 4.14.1. acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

4.15. Decadência do Direito aos Acréscimos



18

Sem prejuízo do disposto no item 4.13. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou, em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo, relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.17. Publicidade

Com exceção dos anúncios de início e de encerramento da distribuição das Debêntures, que serão publicados nos jornais Valor Econômico e Gazeta Mercantil, todos os atos e decisões relevantes decorrentes da 2ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, ou, na impossibilidade de publicação em qualquer dos jornais ora relacionados, em veículo semelhante.

4.18. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (iii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da 2ª Emissão.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 90 dias corridos após o término de cada exercício social,



19

demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das correspondências trocadas entre a EMISSORA e os auditores independentes relacionadas às demonstrações financeiras;

b) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

c) imediatamente, qualquer informação relacionada à 2ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.

5.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, fazendo constar, em notas explicativas às demonstrações financeiras, os dados e informações necessários à apuração dos Índices e Limites.

5.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM nº 207/94.

5.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 2ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO a súmula de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.5. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.6. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

5.7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.



20

5.8. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão.

5.9. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não e/ou de quaisquer contratos que a EMISSORA seja parte.

5.10. Manter, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, os índices e limites financeiros estabelecidos (os "Índices e Limites"). Durante o Primeiro Período de Vigência da Remuneração, devem ser observados os seguintes Índices e Limites:

- a) a razão entre Patrimônio Líquido Total e Capitalização Total maior ou igual a 0,5;
- b) a razão entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2,25 e
- c) a razão entre Endividamento e EBITDA, menor ou igual a 3,5;

5.10.1. Para fins de apuração dos Índices e Limites, entender-se-á por:

- (i) Patrimônio Líquido Total, o valor indicado na conta com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM;
- (ii) Capitalização Total, a soma do Endividamento e do Patrimônio Líquido;
- (iii) Endividamento, é o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos e confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, subtraindo-se (a) Dívida Regulatória com o BNDES e (b) operações swap;
- (iv) Dívida Regulatória com o BNDES, o financiamento relativo ao programa emergencial de racionamento de energia elétrica;
- (v) Operações swap, resultado obtido do mecanismo financeiro para conversão dos indexadores dos passivos denominados em moeda estrangeira para indexadores ou taxas de juros incidentes sobre passivos denominados em moeda nacional;
- (v) EBITDA, o resultado antes dos juros, impostos, amortização e depreciação;



21

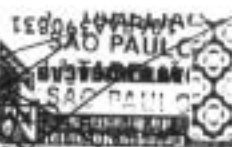
2003

(vi) Despesas Financeiras Líquidas, o valor indicado na conta Despesas Financeiras com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, excluída a variação monetária, a variação cambial, as despesas de juros sobre o capital próprio e a amortização de ágio aplicável nesta conta.

5.10.2. Os Índices e Limites estabelecidos neste item 5.10, foram determinados com base nos índices e limites fixados no *Private Placement and Agency Agreement*, datado de 31 de maio de 2001, referente à emissão de *Floating Rate Notes* pela CPFL Paulista (os "Índices FRN"). O AGENTE FIDUCIÁRIO, neste ato, expressamente reconhece e concorda que os Índices e Limites aplicáveis às Debêntures deverão acompanhar os indicadores dos Índices FRN. Dessa forma, os Índices e Limites serão automaticamente alterados quando houver alteração nos Índices FRN, independentemente de manifestação dos Debenturistas e sem qualquer custo adicional à EMISSORA. A alteração dos Índices e Limites será válida a partir do recebimento, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de comunicação da EMISSORA informando a alteração dos Índices FRN, que deverá ser acompanhada do comprovante de tal alteração e da indicação dos novos Índices FRN vigentes.

5.10.3. Para fins de cálculo dos Índices e Limites, os itens Patrimônio Líquido Total, Endividamento, Capitalização Total, EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas, observada a forma de cálculo indicada neste item 5.10., serão calculados com base no somatório simples de: (i) dos valores constantes das demonstrações financeiras em bases não consolidadas da Companhia Paulista de Força e Luz, (ii) dos valores constantes das demonstrações financeiras em bases não consolidadas da Companhia Piratininga de Força e Luz e (iii) dos valores constantes das demonstrações financeiras em bases consolidadas da Rio Grande Energia S.A., todas elaboradas de acordo com o Plano de Contas de Setor Elétrico e devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM. Os Índices e Limites serão apurados anualmente, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação das demonstrações financeiras anuais referentes ao término dos exercícios sociais, das sociedades referidas neste item, caso as demonstrações financeiras venham a ser publicadas em datas diversas, o prazo de 30 (trinta) dias corridos acima será contado a partir da data em que ocorrer a última publicação (a "Data da Apuração").

5.11. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, prestadores de serviços de banco mandatário e escriturador e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND e BOVESPA FIX.



22

5.12. Realizar o reforço da garantia representada pelo penhor das ações de emissão nos termos da CPFL Paulista e da CPFL Geração, nos termos do Contrato de Penhor.

5.13. Efetuar às suas expensas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Penhor e dos Contratos de Fiança celebrados pelas Garantidoras no Cartório de Registro de Títulos e Documento competente.

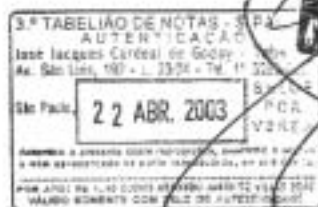
Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 2ª Emissão, a PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a EMISSORA, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.1.1. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- e) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/83;
- f) estar da ciente do conteúdo da circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990., emitida pelo Banco Central do Brasil;
- g) ter verificado a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias das Debêntures da 1ª Série, bem como o valor dos bens dados em garantia.



23

6.3. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

a) parcelas trimestrais de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira devida no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de concessão, pela CVM, do registro para distribuição pública das Debêntures e as demais a cada período de três meses até o vencimento das Debêntures, devendo ser calculadas *pro rata temporis*, se for o caso;

b) as remunerações previstas na alínea "a" do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de eventuais obrigações não cumpridas pela EMISSORA;

c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data do efetivo pagamento;

d) a remuneração será acrescida de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes de cada data de pagamento;

e) as remunerações não incluem as despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA na forma do item 5.7. da Cláusula Quinta acima;

f) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um



24

período superior a 60 (sessenta) dias corridos.

6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, será realizada Assembleia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM;

b) caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCESP juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

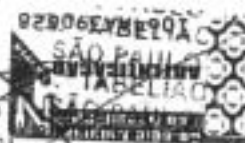
6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

6.4.4. Em caso de renúncia do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as funções do AGENTE FIDUCIÁRIO. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição.

6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Clausula Sexta.

6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas



25

JOES

na legislação e regulamentação específica:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando ao exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) verificar, na Data da Apuração, o atendimento, pela EMISSORA, dos Índices e Limites estabelecidos no item 5.10. da Cláusula Quinta acima;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;
- i) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias das Debêntures da 1ª Série, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- j) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- k) intimar a companhia a reforçar a garantia representada pelo penhor das ações de emissão da CPFL Paulista e da CPFL Geração, na hipótese de deterioração ou



depreciação da mesma, nos termos do Contrato de Penhor;

JUL 03

l) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

m) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

n) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

o) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

p) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;



27

(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(viii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA, nesta Escritura de Emissão; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

q) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da EMISSORA;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e

(v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

r) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "q" acima;

s) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;

t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

u) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e



28

JUL 09

13:44:47

- (ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e
- v) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "m" do item anterior está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto na alínea "n" do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.

6.7. A notificação de que trata a alínea "u" do item 6.5, acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, será encaminhada individualmente a cada Debenturista, e na impossibilidade de envio a qualquer Debenturista fur-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos Debenturistas.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
- declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 4.14. da Cláusula Quarta da presente Escritura de Emissão.

6.8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não



29

adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 6.8. acima, observada as condições dispostas no item 4.14.3 desta Escritura de Emissão, se a Assembleia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "b" do mesmo item.

6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

6.9. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.7. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.7. acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures de qualquer das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a



fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia dos Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembleia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

7.7. As matérias de interesse dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, serão deliberadas pelos Debenturistas de cada uma das séries, separadamente.

7.8. A renúncia à declaração de vencimento antecipado da Debêntures, nos termos do item 4.14.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de cada uma das séries.

7.9. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, da Data de Repactuação, das condições de remuneração das Debêntures e das garantias das Debêntures da 1ª Série, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação de cada uma das séries.

7.10. Observado o disposto no item 7.9. acima, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive a renúncia, alteração ou revisão dos Índices e Limites, excetuado o disposto no item 5.10. da Cláusula Quinta



31

desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de cada uma das séries.

7.11. Não serão consideradas para efeito da constituição dos quoruns de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula as Debêntures que a EMISSORA possuir em tesouraria, bem como as Debêntures de titularidade de suas coligadas e controladores, nos termos da Lei n.º 6.404/76.

7.12. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembleias dos Debenturistas.

7.13. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembleia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DESPESAS

8.1. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro desta Escritura de Emissão e das atas das AGEs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

CPFL Energia S.A.
Rodovia Campinas-Mogi Mirim, km 2,5 Bloco II – 1º Andar
Jd. Santana, CEP: 13088-900
Campinas - SP
Tel.: (19) 3756-8019
Fax.: (19) 3756-8839
At.: Sr. Michael Trindade

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Planner Trustee DTVM LTDA.
Av. Paulista, nº 2.439, 11º andar



32

Cerqueira César, 01311-300
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061-9444, ramal 467
Fax.: (11) 3060-9575
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

JUL 23
17 04 03

Para o BANCO MANDATÁRIO:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Prédio Novíssimo, 3º andar
Departamento de Controle Operacional de Tesouraria e Captações
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco - SP
Tel: (11) 3684-9215
Fax: (11) 3684-8263
At: Sr. Emilio S. Moraes

Para o AGENTE ESCRITURADOR:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Prédio Amarelo - 2º Andar
Departamento de Ações e Custódia
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco - SP
Tel: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5645
At: Sr. José Donizetti de Oliveira

9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-simile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-simile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



33

[Handwritten signature]

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ~~tal por e-mail deverão ser~~ encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima - DA RENÚNCIA

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente 2ª Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Décima Primeira - DA DIVISÃO

11.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Décima Segunda - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

12.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Cláusula Décima Terceira - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.



34

missão, em 04 (quatro) dias, testemunha

EMISSIONE: **ENEL Energia S.p.A.**

1. Miguel Normando A. Sarrá
Por: Miguel Normando A. Sarrá
Cargo: Vice-Presidente do Conselho

Par: **Paulo Cesar Coelho Taveira**
Cargo: **Vice-Presidente do Conselho de Energia**

AGENTE FIDUCIÁRIO: Planner Trustee DTVM LTDA.

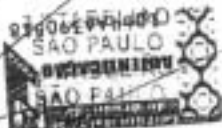
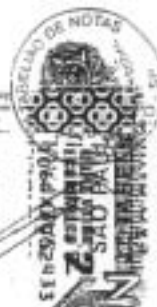
Por: 1º M. de Figueiredo
Cargo: Deputado

Port: Valparaíso A. R. dos Santos
Cargo: *Freight*

TESTEMUNHAS

Nome: Rafael Henrique
RG: 2095204-1 SSP/SP
CPF/MF: 181312650-26

Name: John M. [unclear]
RG: 220.1. [unclear]
CPE/ME: [unclear]





JUL 03

ERRATA: Onde se lê, na primeira página da Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO desta Escritura de Emissão, "10 de abril de 2003", leia-se "09 de abril de 2003", assim a redação final da Cláusula passa a ser:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 25 e 27 de fevereiro de 2003 (as "AGEs"), complementadas pela deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de abril de 2003 (a "RCA").

Os acionistas da EMISSORA delegaram ao Conselho de Administração poderes para (i) deliberar, de forma ampla, sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, inclusive modificando tais condições do modo que julgar mais conveniente, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures da 2ª Emissão e (ii) efetuar o cancelamento das debêntures da 2ª Emissão que não sejam colocadas junto a investidores.



36

PR